



BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DUAS DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ¹

Diego Greinert de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Neste artigo será desenvolvido um trabalho enfocando as políticas educacionais estabelecidas como políticas de dois ex-governadores do Estado do Paraná, Roberto Requião no seu primeiro mandato nos anos de (1991-1994) e Jaime Lerner também no primeiro mandato (1995-1998). A opção pela utilização apenas destes dois governos, teorizados em seus respectivos períodos de atuação, com base, sobretudo no livro organizado por Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Angela Maria Hidalgo (2001), mostram os resultados de seus “investimentos políticos” nos dias atuais.

Esses subtítulos buscarão mostrar como se deram as políticas educacionais nos dois governos, quais os pontos que foram enfatizados e de que forma eles puderam influenciar na educação do Estado do Paraná. Mais ainda, haverá uma breve apresentação de alguns aspectos do modelo atual de educação no estado do Paraná.

¹ Texto extraído de um dos capítulos do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), intitulado “*Algumas reflexões e desafios da mediação pedagógica no ensino de Sociologia no Ensino Médio*”, apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina em 29/11/2012.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2012), membro do LENPES e aluno do curso de Especialização em Ensino de Sociologia pela mesma instituição. Contato: diego_pnd@hotmail.com.

GOVERNO ROBERTO REQUIÃO 1991-1994

Para iniciar o estudo a seguir, será almejado fazer um panorama do Ensino Médio no Estado do Paraná durante a década de 1990. Esse estudo será feito a partir dessa década, pois mostrará como se deram as lutas e as conquistas mediante aos programas do Governo Estadual, inicialmente na gestão de Roberto Requião (1991-1994) e na primeira gestão de Jaime Lerner (1995-1998).

Será feito uma análise sobre quais políticas educacionais foram utilizadas para a construção do Ensino Médio neste Estado de acordo com cada perspectiva. A explicação para esse recorte a partir da década de 1990 é porque os estudantes que estão inseridos no Ensino Médio agora, no ano de 2012, são frutos principalmente desses dois estilos diferentes de governos.

Para explicar a referência feita acima sobre “dois estilos de governos”, será utilizado o pensamento de Silva³ em um trabalho nominado “Reforma ou Contra-reforma no sistema de Ensino do Estado de Paraná? Uma análise da meta de igualdade social nas políticas educacionais dos anos 1990”⁴, onde ela busca compreender;

[...] o movimento de reforma e contra-reforma na educação do Estado do Paraná, a partir da análise dos significados atribuídos à meta da igualdade social nas propostas, nos programas, nos objetivos, nos mecanismos administrativos e pedagógicos anunciados e implementados, no período de 1991-1998 (SILVA, 2001, p. 127).

No início dos anos 1990, Roberto Requião assumiu o Governo do Estado do Paraná, onde seu mandato ia de 1991 a 1994. Referindo-se à

³Ileizi Luciana Fiorelli Silva é atualmente docente no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

⁴Esse texto é encontrado no livro “Educação e Estado – As mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90”, organizado por Angela Maria Hidalgo e Ileizi Luciana Fiorelli Silva.

questão da educação, ou melhor, às políticas educacionais, o referido governo buscou;

[...] a compreensão de escola, sociedade e estado, em que a igualdade social tem sido resignificada. Quando a meta maior era a “*busca da escola cidadã*” (1991-1994), enfatizava-se a “*igualdade comunitária*”, como ideal a ser perseguido pela educação (SILVA, 2001, p. 128).

Para que se possa compreender esse modelo de governo, deve-se ater inicialmente ao significado dos termos “*busca da escola cidadã*” e “*igualdade comunitária*”, contextualizando-os no seu momento histórico.

Para entender esse termo *escola cidadã*, é necessário saber que Moacir Gadotti, consultor da Secretaria de Estado da Educação (SEED) – PR, no governo Requião (1991-1994), foi quem elaborou tal proposta. Gadotti tem um livro intitulado “*Escola Cidadã*” e nesse livro conceitua, segundo Silva (2001) que;

A “*escola cidadã*” que Gadotti [...] propõe é a escola pública única, mas libertada da uniformização e da centralização, assim, esta “*seria uma escola pública autônoma, sinônimo de escola pública popular, integrante de um sistema único (público) e descentralizado (popular)*” (SILVA, 2001, p. 132).

A proposta do público e popular que Gadotti afirma acima, nas palavras de Silva, remete a ideia da união do público com o popular, atuando no sentido em que o “*sistema único de educação seria descentralizado e favoreceria a igualdade na oferta de escolarização formal, preservando a autonomia dos indivíduos que compõe as escolas*” (SILVA, 2001, p. 133).

Essa proposta de *escola cidadã* acompanhava os princípios norteadores da política educacional do governo Requião e que buscavam: “*a gestão democrática, o envolvimento da comunidade, a autonomia para a escola elaborar seu projeto pedagógico e a avaliação do processo escolar*” (PARANÁ apud SILVA, 2001, p. 131). Segundo ela mesma, “*a articulação entre cidadania, autonomia e democracia*” era visível no discurso do governo como

“mecanismo essencial para a configuração do que seria a ‘*escola cidadã*” (SILVA, 2001, p. 131).

Com a busca por esse modelo de educação, o da *escola cidadã*, tentava-se alcançar também a *igualdade comunitária*, que buscava entre outras formas trazer de fato a ideia de comunidade. Essa ideia pressupõe que exista uma união entre escola e comunidade.

Nessa união a comunidade deve buscar o acesso e a qualidade da educação como “defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho [...] enfim, que ela defenda a educação como o fundamental para sua qualidade de vida” (PARANÁ apud SILVA, 2001, p. 140).

Essa concepção perpassa o conceito de igualdade simples, utilizado por Walzer (2003) e reproduzido por Silva (2001), onde “na comunidade as necessidades são as mesmas para todos os membros e as soluções também podem ser encontradas facilmente, já que há consenso de valores e objetivos” (SILVA, 2001, p. 140) na comunidade as necessidades são as mesmas para a população em geral. Assim confronta-se com a ideia de igualdade complexa, que segundo Walzer (2003) “a igualdade complexa significa que a situação de nenhum cidadão em uma esfera ou com relação a um bem social pode definir sua situação em qualquer outra esfera, com relação a qualquer outro bem” (WALZER, 2003, p. 23). Essa ideia de igualdade complexa atravessa a ideia de igualdade simples, pois, na igualdade simples, pode-se observar que “as necessidades são as mesmas” como diz Silva (2001). Porém, a igualdade complexa vai pertencer ao campo da individualidade, onde põe um fim nas múltiplas necessidades dos indivíduos da comunidade e que, por consequência, ela nega a igualdade simples, pois é pautada na pluralidade.

Podemos observar que a questão proposta pelo governo nos anos de 1991-1994, sobre a “*igualdade comunitária*”, pode ser considerada complexa porque tenta abarcar ao mesmo tempo duas vertentes: a ideia de *igualdade simples* e a ideia de *igualdade complexa*. A ideia de *igualdade simples* parte de uma premissa de acesso comum, onde todos os moradores podem adquirir os “mesmos bens”.

O conceito de “bens” aqui citado pode ser exemplificado tanto na qualidade de bens físicos e materiais, quanto nos aspectos sociais. Porém, contrasta com o juízo da *igualdade complexa*, onde busca mostrar que as necessidades, ao mesmo tempo são comuns e também são particulares de cada um, onde são qualificados em questões objetivas e subjetivas, da população e dos indivíduos.

Essa é uma questão que deve ser muito bem elaborada, pois ao levantar a ideia de *igualdade comunitária*, deve se focar também em políticas públicas que garantam o acesso a uma escola de qualidade. Mas aqui, não basta apenas uma escola de qualidade, tem que ir mais além, a acessibilidade dos membros tanto das escolas quanto aos membros da comunidade, transporte de qualidade, saúde, saneamento básico e um dos aspectos mais importantes, ter uma alimentação saudável e adequada a todos os componentes das famílias.

Esse trabalho não consistirá em verificar o que devia ser feito, apenas é importante ressaltar tais aspectos citados acima, pois eles influenciam no modo do estudante levar a sério ou não sua vida escolar. Mais importante do que isso, estas questões citadas no parágrafo anterior, podem influenciar seriamente no foco de estudo desse trabalho, como fazer a mediação pedagógica entre esse estudante e o conteúdo das aulas.

O que deveria estar claro na visão dos estudantes, é que a educação, não serve apenas como um meio de conseguir emprego, mas sim que os conceitos aprendidos em sala de aula servem de base para a compreensão do seu cotidiano, nas suas relações com outras e pessoas, enfim, nas suas relações sociais. Porém essa não é uma culpa do próprio estudante, devemos observar quais são as relações de classe estabelecidas no interior da sociedade, a influência que a mídia traz para toda a sociedade, a ausência de políticas públicas eficazes que garanta uma saúde de qualidade, ensino, acesso a bens tanto móveis quanto imóveis, bens culturais, lazer, etc.

Retomando a proposta do governo, é importante ressaltar uma passagem citada por Silva (2001);

Tais fatores considerados pela escola, no momento em que ela cria laços fortes com a comunidade, favorecem o desenvolvimento da cidadania, conforme depreende-se do seguinte texto: “A educação comunitária, procura fazer com que as pessoas tomem consciência de seus direitos e participem, coletivamente das decisões a serem tomadas para enfrentar os seus problemas. Ela pode ser praticada através de diversas instituições e organizações, por exemplo, em escolas, empresas, movimentos populares e associações locais. É assim que a escola cidadã contribui para a construção de uma sociedade cidadã” (PARANÁ apud SILVA, 2001, p. 141).

A primeira vista, a intenção explícita do governo é viável. Porém, surge uma questão: o governo do Estado do Paraná seria capaz de dar respaldo suficiente para a população atingir tal nível de progressão? Mais ainda, seria capaz de conduzir esse plano por quatro anos de mandato? E para finalizar, disponibilizaria recursos financeiros suficientes para tais mudanças em tão pouco tempo?

Com essas indagações citadas acima, não é possível respondê-las pontualmente e individualmente. O governo do Estado do Paraná não deu esse respaldo à população, pois, o “plano imaginário”, ou seja, o documental foi feito, o primeiro passo havia sido dado, o da construção e uma proposta de melhoria para a população. Nesse caso, faltou apenas o plano “prático”, ou seja, a atuação do governo no seio da comunidade, com a tentativa de “criar os laços fortes” para que se pudesse começar a estabelecer os planos do governo.

Porém, se pensarmos conforme os termos utilizados por Silva (2001), para que se houvesse mesmo uma *educação comunitária*, o investimento do governo não se daria apenas na instituição escolar, mas se investiria também em termos de uma saúde de qualidade, empregos, moradia digna, saneamento básico, enfim em todas as reivindicações para uma vida de qualidade.

Em segundo lugar, devemos observar que o mandato se daria por apenas quatro anos (1991-1994). Esse progresso social sugerido pelo referido governo não poderia ser atingido devido ao tempo que se tinha em mãos. Esse progresso social se daria de uma forma lenta, pois se iniciaria pela educação, logo seria um investimento em longo prazo, cerca de 20 anos de investimento

por parte do governo. Porém, tal investimento não foi realizado. Neste caso, não se deve esquecer de que não adianta o governo apenas investir na educação e esquecer todas as outras instituições das quais dependem do investimento dele, mas também não se pode deixar de lutar por melhorias dentro do espaço escolar.

Em terceiro lugar e para finalizar, essa proposta do governo para a educação é interessante, porém não foi viabilizado. O governo até poderia implantar tal modelo de educação, mas o importante seria primeiramente consolidar essa proposta de educação e depois aplicá-la com uma boa qualidade.

Silva (2001) faz uma importante observação sobre o tipo de “sociedade almejada” por esse modelo de *educação comunitária*, que se pensa a sociedade enquanto;

[...] ideais de solidariedade, onde o conceito de comunidade se aproxima daquele demonstrado por Boaventura de Sousa Santos (1997), ou seja, a comunidade, como um dos pilares da modernidade que fortaleceu o espaço político na sociedade, e encerra em si, simultaneamente, as contradições de classes e a emergência de organizações de solidariedade de classes. Aqui, coloca-se uma igualdade comunitarista, próxima do socialismo utópico, **quando não leva em conta o contexto e a dinâmica contemporânea de acumulação de capital, em suas dimensões científicas e políticas** (SILVA, 2001, p. 142).
Grifos nossos

É necessário observar esses pontos sob um olhar crítico porque não basta “estar no papel”. Essa citação acima vem de um documento utilizado como base para que o governo do Estado se pautasse para a execução de um projeto para a área da educação. Portanto, não basta estar escrito. Deve ser levado em conta que é um documento do governo, logo a população tem algum respaldo para reivindicar seus direitos.

GOVERNO JAIME LERNER 1995-1998

Para iniciar o período do governo de Jaime Lerner, devemos deixar em evidência o nome e a filosofia da qual tal governo se pautou para pensar a educação, a “escola de excelência”, onde “esse referencial teórico defende que os princípios da “Qualidade Total”, aplicados para a otimização nas empresas americanas e japonesas, podem ser adaptados ao gerenciamento da educação” (SILVA, 2001, p. 134). Esse modelo de “escola” estava pautado no modo empresarial, onde buscava a “eficiência de resultados com a diminuição dos custos” e “que significa buscar a superação constante das realizações dos outros e de si mesmos” (SILVA, 2001, p. 136).

A “escola de excelência” citada acima pode ser pensada nos termos da competitividade. Essa competitividade deveria se pautar sobre as condições que as escolas tinham acesso, bens materiais e culturais e com isso, buscar melhorar, buscar a “excelência”. Porém, nem todas as escolas tinham o mesmo acesso, não havia igualdade nos bens distribuídos, os repasses não eram feitos de acordo com a real necessidade da escola, fazendo com que a “corrida pela excelência” fosse desigual⁵. Em comparação a esse plano de educação com uma empresa, podemos destacar da seguinte forma;

A empresa, para atingir esse objetivo, estimula os empregados a se envolverem ao máximo com os objetivos da instituição, e, para motivá-los, utiliza a meta da excelência, o que significa buscar a superação constante das realizações do outro e de si mesmo. Na educação, o incentivo à excelência vem, por exemplo, com o Prêmio de Gestão (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 12).

⁵Em contrapartida, os próximos dois mandatos após a saída do ex-governador Jaime Lerner (1995-2002) fizeram com que criassem o projeto das escolas de Superação. Esse projeto buscou a melhoria da qualidade nas escolas com o menor índice do IDEB, conseguindo uma melhoria significativa dos anos 2005 até 2009. Conforme diz a ex Secretária de Educação do Estado do Paraná, Yvelise Arco-Verde, práticas pedagógicas em cada escola e apontar quais as que precisam de mais atenção. “Aqui, no Paraná, com o programa Superação, essas escolas recebem um tratamento diferenciado. Colocamos em prática a política de dar mais a quem recebe menos. A ideia é promover condições de igualdade entre as diferentes escolas, de forma que todas possam ofertar uma educação com qualidade”. Tal matéria está publicada no portal da Secretaria de Educação do Estado do Paraná no seguinte endereço: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1767>.

Para que as escolas vissem com bons olhos esse novo modelo de “trabalho”, implantado pelo então novo governo (1995-1998), foi criado o “Prêmio de Excelência para as Escolas Públicas”, que buscava premiar as escolas que obtivessem o melhor desempenho frente às outras escolas do Estado do Paraná. Mas como já refletido acima, se torna difícil uma possível busca por excelência, em termos de igualdade de condições para se atingir tal fim elencado pelo governo do Estado.

Em um trecho do seu trabalho, Silva (2001) trata de uma questão importante para os dois governos (1991-1994; 1995-1998), falando sobre as “metas de igualdade social e as metas da igualdade de oportunidades”. Faz-se importante nas palavras dela o envolvimento da comunidade nas ações da escola, dizendo que no governo de Jaime Lerner (1995-1998);

A comunidade deverá monitorar, avaliar e acompanhar as políticas educacionais. Para isso, ela contará com instituições criadas especificamente para integrá-la ao sistema educacional. Que instituições são essas? Já não existem o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres, o Conselho Regional de Desenvolvimento Educacional? Ou será que as instituições que integrarão a comunidade ao sistema educacional são as agências sociais? Se forem tais agências, então, para este governo, “comunidade” significa setor privado assumindo a liderança e a administração do sistema de ensino com a legitimação da “comunidade”? (SILVA, 2001, p. 144).

Torna-se importante tal questionamento acerca do envolvimento da comunidade com o sistema de ensino, pois devemos pensar que nesse governo, o papel da comunidade é colocado de modo diferente do governo anterior. Mais importante porque nesse caso, com o plano da “escola de excelência”, que busca certa “autonomia” no papel da escola, deixa de lado a intervenção do Estado enquanto mantenedor do sistema educacional, se ausentando do seu papel, e, por conseguinte deixando um espaço para a intervenção do setor privado.

A intervenção da comunidade se dará no momento em que, a escola buscará atingir a excelência, de acordo com os bens materiais e culturais, enfim, de acordo com as suas especificidades. Tais especificidades se

encontrarão também no âmbito da própria comunidade, por exemplo, diminuição índices de violência, moradias adequadas, saneamento básico adequado e outras características que variam de local para local, necessitando com isso uma da intervenção da comunidade de várias maneiras.

É importante observar a maior diferença nos planos de educação dos dois governos, o da “escola cidadã” do governo Requião (1991-1994) e a “escola de excelência” (1995-1998) do governo Lerner. O primeiro buscava a formação para a cidadania, enquanto claramente o segundo almejava o “desenvolvimento econômico como condição para o desenvolvimento social” (SILVA, 2001, p. 147).

GOVERNO BETO RICHA (2010-2014)⁶

No momento atual da educação no Estado do Paraná, dessa vez retornando ao governo PSDB de Beto Richa (2010-2014), algumas mudanças estão sendo realizadas por parte deste e que não tem agradado uma série de professores. No início do ano de 2012, por exemplo, o Conselho Estadual de Educação lançou mão de uma proposta de diminuição da carga horária das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos cursos de Ensino Médio profissional (específico: Normal Médio), no Estado do Paraná, justificando que pelo fato das notas referentes ao IDEB estarem baixas nas disciplinas de Português e Matemática. A decisão de diminuir a carga horária dessas disciplinas de Sociologia e Filosofia em detrimento das de Português e Matemática foi aprovada pelo CEE por vias do PARECER Nº 25/12⁷, em pleno dezembro de

⁶A opção por trabalhar com o momento histórico e político atual é pela forma com que o governo do Estado do Paraná está tratando a educação. Tal governador segue a mesma linha do ex-governador Jaime Lerner, inclusive buscando ajuda do Banco Mundial (BIRD) como uma forma de auxiliar na educação desse Estado. Então esse subtítulo serve como um pequeno panorama atual sobre a educação quase dez anos após a saída do ex-governador Jaime Lerner (1995-2002).

⁷Segue a frente o endereço eletrônico do PARECER Nº 25/12: <http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229>.

2011, no momento que vários professores já estavam quase entrando de férias nas escolas.

Com o retorno do PSDB e a sua política neoliberal, pode-se observar relativas mudanças frente à educação. Mais do que a publicação deste Parecer por parte do CEE, o atual governo retomou as alianças com o Banco Mundial (BIRD) na justificativa de “melhorar” a qualidade da educação⁸. O método a ser utilizado para verificar qual a “qualidade de ensino” que os estudantes estão recebendo será feito por vias de uma prova das disciplinas de Português e Matemática.

Em resposta ao Parecer Nº 25/12, surgiu, em março de 2012, o Coletivo de Professores de Sociologia e Filosofia do Norte do Paraná, com o intuito de enfrentar essas medidas do governo do Estado, tendo as suas reuniões marcadas na UEL sempre aos sábados na Sala de Eventos do CCH.

Depois de algumas reuniões e a coleta de assinaturas, o Coletivo se organizou por vias de uma carta, pedindo uma revisão deste Parecer, alegando que a diminuição da carga horária das disciplinas de Sociologia e Filosofia não “ajudariam” na melhoria de qualidade do Ensino Básico, mesmo porque o Colégio Estadual Professor José Aloísio Aragão, o Colégio de Aplicação da UEL, teve notas ótimas nos últimos cinco anos, a contar de 2011 para trás, no ENEM, sendo no ano de 2011 o colégio com uma das maiores notas do ENEM no Paraná.

Mas a justificativa para utilizar o exemplo deste colégio é porque este respeita a equidade entre as disciplinas. Sendo assim, o governo não teria justificativa para diminuir as horas de algumas disciplinas em detrimento de outras. Afinal, se em um colégio esse modelo de equidade é respeitado e surtem bons resultados, então por que em outros colégios não funcionariam?

Mais do que isso, a Superintendência da Educação do Estado do Paraná, por meio da Instrução Nº 021/2010-SUED/SEED, legitima a equidade e a quantidade mínima de horas-aula por semana. A primeira dirá que;

⁸Tal afirmação pode ser comprovada pela notícia publicada pelo Jornal de Londrina do dia 13/09/2012, no seguinte endereço: <http://www.jornaldelondrina.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1296796>.

2. A distribuição do número de aulas para cada disciplina na Matriz Curricular deverá obedecer ao princípio de equidade, uma vez que não há fundamento legal ou científico que sustente o privilégio de uma disciplina sobre a outra, o que se deduz da leitura das Diretrizes Curriculares Estaduais (PARANÁ, 2010, p. 1).

E no segundo caso, a respeito da quantidade mínima e máxima de horas-aula que cada estudante deve receber no decorrer da sua semana de aula, afirma a superintendente que;

3. As disciplinas da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada terão carga horária mínima de 02 (duas) horas-aula e máxima de 04 (quatro) horas-aula semanal, com exceção do Ensino Religioso no Ensino Fundamental (PARANÁ, 2010, p. 1).

Segundo as instruções designadas acima pela superintendente de educação do Estado do Paraná, deverá haver a equidade entre as disciplinas e a distribuição também equânime da carga horária entre as disciplinas da Base Nacional Comum, devendo respeitar o mínimo de duas e o máximo de quatro horas-aula semanais.

Então, a manifestação do Coletivo de Filosofia e Sociologia se torna legítima. Mais do que isso, por meio de carta assinada e endereçada ao Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o Coletivo justifica com o exemplo, como já citado acima, do Colégio Estadual Professor José Aloísio Aragão, dizendo que esta escola trabalha com a equidade disciplinar desde 2007.

Assim o Coletivo justificará que;

Esta escola teve a 5ª melhor nota do ENEM no Estado do Paraná, a 2ª melhor nota no mesmo exame no NRE Londrina em 2010 e a primeira melhor nota na referida avaliação nacional em 2011 no NRE. Destacando-se também em várias avaliações nacionais e estaduais, como por exemplo, nas Olimpíadas de Matemática. (CARTA DO COLETIVO, 2012, p. 1).

Conforme demonstrado por documentos, essa explicação do atual governo, por meio do CEE, atuando pelo Parecer Nº 25/12, deveria ser considerada inconstitucional, pois não respeita a equidade e a distribuição de carga horária mínima para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que a escolha da análise, mesmo que muito recortada, de algumas ideias educacionais chave dos dois ex-governos do Estado do Paraná? Esta escolha também se intercala com a discussão dos tipos de currículos adotados por cada governo no contexto de cada política educacional e estes elementos interferem significativamente na maneira como os docentes mediam os conteúdos e a aprendizagem na escola.

E a formação inicial? Pensamos que se as teorias críticas trabalhadas na formação inicial forem suficientemente sólidas, os professores vão abandoná-las para simplesmente “seguir” determinado modelo de currículo ou de política impostos por determinado governo? Acreditamos que não!

Observando-se os dois capítulos então, temos pontos que se ligam. Hipotetizamos que o Currículo de Competências e Habilidades se adequa, em grande parte, à maneira como o governo de Jaime Lerner (1995-1998), entende a educação pública no Paraná neste período, lembrando, sobretudo, a acirramento dos acordos com o Banco Mundial.

Já no caso do Currículo Crítico, podem-se fazer relações pertinentes com o governo de Roberto Requião, pensando-se, entre outros aspectos, os projetos educacionais empreendidos por este governo neste período. No referido texto não conseguimos aprofundar muito estas relações e a análise das principais políticas destes dois governos.

Mas, nossa pretensão, em trabalhos futuros, é prosseguir pesquisando as interferências destas políticas estaduais nos rumos da educação pública paranaense. Mesmo com todos os “limites” e recortes, pensa-se que esse

artigo apontou possibilidades, abrindo-os os olhares sobre a relevância do debate sociológico destas questões da política educacional no Paraná.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rosimeire Trombini, CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **O Gestor Escolar**. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Programa de Desenvolvimento Educacional, Caderno Temático: Gestão Escolar, Maringá, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/217-2.pdf> acesso em 19/06/2012. 21 p.

Jornal de Londrina. **PR terá sistema próprio de avaliação educacional a partir deste ano**. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1296796>, acesso em: 24/10/2012.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. **INSTRUÇÃO Nº 021/2010 – SUED/SEED**. – Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao212010.pdf>, Acesso em: 24/10/2012.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CEE/CEB Nº25/12**. – Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229>, Acesso em: 02/03/2012.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Programa Superação eleva IDEB das escolas**. – 27/08/2010 Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1767>, Acesso em: 31/10/2012.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90** (org.) Angela Maria Hidalgo, Ileizi Luciana Fiorelli Silva. – Londrina: Ed. UEL, 2001.

WALZER, Michael. **Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. – São Paulo: Martins Fontes. 2003. – (Coleção Justiça e Direito).